



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 231/XII/4.ª SL

04.fevereiro.2015 – 10h00

Aos 4 dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 455XII/4ª, da iniciativa da Associação de Professores de Matemática, que “Solicitam a suspensão da implementação do Programa de Matemática do Ensino Secundário homologado em janeiro de 2014”

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado autor do parecer:** João Prata - PSD

5. Petição n.º 449/XII/4ª da iniciativa da FENPROF, Professores contestam municipalização da Educação

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado autor do parecer:** Amadeu Albergaria - PSD

6. Resolução n.º 87/2014 - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputada autora do relatório:** Diana Ferreira - PCP

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

10 de fevereiro de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Na ausência do Sr. Presidente da Comissão, a reunião foi presidida pela Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena (PSD).

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de atas

Foram apreciadas as atas n.ºs 228, 229 e 230, relativas às reuniões da Comissão de 20, 27 e 28 de janeiro, respetivamente, bem como a ata n.º 19, da reunião de Mesa e Coordenadores de 29 de janeiro, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1. A Sra. Presidente transmitiu que o BE solicitou a discussão no Plenário do Projeto de Resolução n.º 1234/XII (BE) - *Municipalização escolar imposta à custa da autonomia das escolas* - pelo que esta informação será comunicada à Senhora Presidente da Assembleia da República logo que o Projeto de Resolução baixe à Comissão, o que ainda não se verificou.
- 3.2. Relativamente ao Projeto de Resolução n.º 1232/XII - *Honras de Panteão a Eusébio*, foi solicitada também a sua discussão no Plenário.
- 3.3. A Sra. Presidente referiu-se à reunião interparlamentar subordinada ao tema “Empowering women and girls through education”, organizada pela Comissão FEMM do Parlamento Europeu, a ter lugar em Bruxelas, no dia 5 de março de 2015, tendo sido indicada a Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) em representação da Comissão. O PS referiu que indicaria posteriormente o seu representante.
- 3.4. No que se refere à 2.ª Conferência Europeia em Avaliação de Tecnologia (PACITA), que terá lugar em Berlim, de 25 a 27 de fevereiro, promovida pelo projeto europeu PACITA ([Parliaments and Civil Society in Technology Assessment](#)), a Sra. Presidente recordou que os Deputados Rui Pedro Duarte (PS) e Isilda Aguincha (PSD) receberam um convite da Comissão de Educação, Investigação e Avaliação Tecnológica do Parlamento alemão para um jantar e uma troca de pontos de vista em conexão com a conferência promovida pela PACITA e que consultada a Doutora Mara Almeida, representante do projeto PACITA em Portugal, se verificou que a respetiva Conferência é aberta ao público em geral, não tendo sido enviados convites para participação na mesma aos parlamentos dos vários países europeus, sendo que a inscrição na Conferência tem um custo de 180€ por participante.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) informou ter recebido também um convite, que declinou.

A Comissão pronunciou-se favoravelmente em relação à participação dos Srs. Deputados Rui Pedro Duarte (PS) e Isilda Aguincha (PSD) na referida Conferência.

- 3.5. A Sra. Presidente deu conta de um convite da Escola de Música do Conservatório Nacional, já distribuído a todos os Deputados, para uma visita às instalações daquela instituição, indicando que deverá ser agendada logo que possível.
- 3.6. Foi apreciado o relatório da audição do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar ao Prof. Doutor João Sebastião, não se tendo registado qualquer observação sobre o mesmo.
- 3.7. Por último, a Sra. Presidente referiu-se à cerimónia de apresentação, pelo Conselho Nacional de Juventude, do Documento Estratégico sobre Trabalho Digno para Todos, a ter lugar no dia 10 de fevereiro, no Auditório do Novo Edifício, tendo sido indicados para intervir os seguintes Srs. Deputados:

PSD – Joana Barata Lopes
PS – Rui Pedro Duarte
BE – Mariana Aiveca

4. [Petição n.º 455XII/4ª](#), da iniciativa da Associação de Professores de Matemática, que “Solicitam a suspensão da implementação do Programa de Matemática do Ensino Secundário homologado em janeiro de 2014”

A Sra. Presidente deu as boas-vindas aos representantes dos peticionários – Professores Lurdes Figueiral, Jaime Carvalho e Silva e Ana Vieira Lopes – que fizeram uma breve exposição da Petição e dos motivos que justificaram a sua apresentação, e cuja síntese pode ser consultada no documento que se encontra disponível na [página da Comissão](#).

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Odete João (PS), que agradeceu a exposição e manifestou a sua preocupação quanto à implementação do novo programa de Matemática, por não ter sido efetuada uma avaliação consistente do programa anterior, cujos resultados tinham vindo a melhorar. Considerou ainda não ter existido um debate alargado sobre o novo programa, como se impunha, nem uma formação atempada e consistente dos seus quadros e acrescentou que o novo programa se encontra desalinhado em relação às correntes internacionais. Colocou, por último, algumas questões, nomeadamente sobre a

formação que está a ser facultada aos professores e sobre o impacto expectável da implementação do novo programa.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) disse considerar-se incompetente para se pronunciar sobre questões científicas, pelo que se cingiria à forma processual. Relativamente ao pouco tempo de debate que foi invocado, lembrou que a Sociedade Portuguesa de Matemática defendeu a metodologia adotada e o atual programa e afirmou que o CDS-PP não vai apresentar qualquer iniciativa em relação a esta matéria, tendo em conta que o programa foi apresentado pelo Governo, com base num debate alargado e nos inúmeros contributos recebidos.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a exposição e disse acompanhar as preocupações expostas, lembrando que o PCP apresentou um Projeto de Resolução para a *manutenção do programa de Matemática e a publicitação dos respetivos resultados de avaliação*, que foi rejeitado. Referiu-se ao calendário do processo e ao não cumprimento da lei de certificação dos manuais escolares e considerou que esta opção configura uma conceção elitista deste Governo relativamente ao ensino da Matemática. Terminou, considerando que esta alteração representa um retrocesso de décadas, que terá um enorme impacto.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) saudou os presentes pela exposição rigorosa que efetuaram e disse considerar inconcebível a decisão de substituir um programa sem que tenha sido efetuada a sua avaliação. Entendendo que esta alteração representa também um conflito privado do Senhor Ministro, questionou os representantes da APM sobre se existirão mecanismos que permitam reverter as opções tomadas.

O Sr. Deputado João Prata (PSD) saudou os presentes e ressaltou que as posições divergem relativamente às correntes internacionais, afirmando que o novo programa foi alvo de debate e de participação pública, sendo que foram acolhidos alguns dos contributos recebidos. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre a forma como é efetuada a articulação entre os programas do ensino básico e secundário, sobre a qualidade dos contributos apresentados e sobre o nível de exigência do novo programa.

Respondendo às questões colocadas, os subscritores da Petição esclareceram, em síntese:

- O programa da Matemática é fundamental e esta alteração terá um enorme impacto, já que o aumento do grau de dificuldade vai colocar menos alunos em determinadas vias, que são hoje já deficitárias, o que levará ao encerramento de cursos;
- Em alguns países europeus, como por exemplo Inglaterra, existe falta de técnicos em determinadas áreas, como a Medicina ou a Informática, devido à fuga dos alunos das áreas da Matemática;
- O formalismo e a abstração deste programa não têm paralelo com o que se passa em qualquer país do Mundo;
- Se nada for feito, o afastamento dos alunos dos cursos da Matemática será também responsabilidade dos Deputados;
- A pressa vai ter consequências. Não existem condições para que, em setembro próximo, os manuais escolares estejam prontos, tendo em conta que foi alargado o prazo de avaliação e certificação dos manuais escolares;
- É possível reverter esta situação, voltando aos programas e manuais anteriores e fazendo a sua monitorização e avaliação.

A documentação da audição pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

5. [Petição n.º 449/XII/4ª](#) da iniciativa da FENPROF, Professores contestam municipalização da Educação - 11h00

A delegação da FENPROF era constituída pelos Professores Mário Nogueira, Francisco Almeida, António Avelãs e Manuel Nobre.

A Sra. Presidente deu as boas-vindas aos representantes dos peticionários, tendo de seguida o Professor Mário Nogueira manifestado preocupação com a experiência piloto que estava a ser desenvolvida. Referiu que o processo era apontado como tratando-se de descentralização e contestou essa posição, defendendo que se tratava apenas de uma delegação de competências nos municípios,



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

com transferência de competências das escolas para aqueles, pelo que não se verificava descentralização.

Discordou do secretismo que tem envolvido o processo e considerou-o inadequado, salientando que havia matérias que não eram competência das Câmaras, nomeadamente as áreas pedagógicas e a gestão de professores, e que a definição da oferta formativa não devia ser atribuída àquelas. Salientou que a gestão das matrículas dos alunos pela Câmara contraria a apregoada liberdade de escolha da escola.

Indicou que o Governo dizia que não queria aumentar a despesa, não estando subjacente um objetivo de redução, quando o que se verificava era que havia incentivos à poupança na Educação, com atribuição às autarquias de 50% de toda a poupança, com os professores, os refeitórios, etc.

Referiu depois exemplos de municipalização no Brasil, que geraram muitas assimetrias e de privatização em Inglaterra, que para diminuir as despesas tiveram de recorrer à contratualização de privados, com contestação da sociedade.

Em relação a Portugal, realçou a existência de atrasos nas transferências financeiras para as escolas e para as Câmaras e o recurso por parte das autarquias à contratualização com privados, nomeadamente, a nível das Atividades de Enriquecimento Curricular e de contratação de professores (com utilização de regimes ilegais de contratação de pessoas), etc. Salientou que com o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo a Câmara pode gerir a rede e as matrículas entre a escola pública e a privada, prevendo-se que haja preferência para a segunda nos territórios que disponham de muita oferta dessa natureza.

Referiu depois que a Associação de Municípios Portugueses reclamou pelo facto de no Decreto-Lei de transferência de competências não terem sido atendidas as suas propostas. Defendeu ainda que o processo se integra na Reforma do Estado e a concessão de poderes às autarquias visava alterar o modelo de gestão da Educação, que saía da esfera do núcleo essencial das funções do Estado para os municípios e diminuía a função social do Estado na Educação.

Referiu ainda o facto de no regime mais recente, a duração dos contratos ter passado de 5 para 4 anos, mas reportar-se agora a anos escolares, ou seja, até 31 de agosto de 2018, defendendo que isso comprometia a opinião dos Deputados da próxima Legislatura da Assembleia da República e o período do próximo mandato dos titulares dos órgãos dos municípios.

Salientou que as transferências de capital continuavam a ser calculadas com base na média dos últimos 4 anos, quando nos 2 últimos não tinha havido investimento, o que penalizava a média. Realçou também que a afetação dos docentes às escolas do município seria feita pela Câmara, as escolas ficavam sem competência em relação à gestão do pessoal não docente e enfatizou que a comissão de acompanhamento que estava prevista possuía 4 votos, mas os diretores das escolas do município, na sua globalidade, só tinham um voto, e a autarquia outro, enquanto os representantes dos Ministérios da Educação e Ciência e do Desenvolvimento Regional tinham 2 votos, sendo o desempate feito pelo representante do primeiro Ministério.

Defendeu que neste momento as escolas estavam nos mínimos de despesa e a poupança prevista significaria ir abaixo dos mínimos, prejudicando, nomeadamente, os projetos em curso e gerando mais perda de qualidade.

Por último, defendeu que se promovesse o debate sobre a matéria, envolvendo toda a gente, concordando com a descentralização, mas com a participação de toda a comunidade e referindo que o Conselho de Escolas, o Conselho Nacional de Escolas e a FENPROF iriam promover vários debates.

Interveio depois o Deputado Acácio Pinto (PS), referindo que o PS também estava preocupado com o processo, embora entendesse que a descentralização era importante. Considerou que o processo não tinha começado bem, porque não tinha envolvido todas as entidades em causa, autarquias e escolas e defendeu a necessidade de clarificação concetual, esclarecendo-se se estava em causa uma delegação de competências ou uma descentralização.

Salientou que a Associação de Escolas dizia que parecia haver desresponsabilização do Ministério da Educação e Ciência e a Associação de Municípios tinha discordado do processo, tendo transmitido que o PS entendia que o processo ainda não estava preparado para avançar, embora se soubesse que o

Decreto-Lei correspondente já tinha sido aprovado no Conselho de Ministros.

Por último, defendeu que muitas questões deviam ficar na administração central, neste caso no Ministério da Educação e Ciência e realçou que o processo tinha muito secretismo.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que no dia 13 de fevereiro iria ter lugar na sessão plenária um debate temático sobre descentralização, a pedido do Governo, que incluiria também a área da Educação, pelo que nesse âmbito colocariam várias questões, para esclarecimento da matéria.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu que a municipalização já tinha sido tentada anteriormente, em 1911 e 1974, referindo que estava em causa a transferência para as autarquias de responsabilidades do Estado, havendo o risco de haver uma transferência para os privados, salientando que muitas autarquias já utilizaram esse mecanismo em relação às Atividades de Enriquecimento Curricular.

Realçou que estava em causa um ataque geral aos serviços públicos e às funções sociais do Estado e referiu que acompanhavam as preocupações dos peticionários e que entendiam que o processo era um passo significativo para a privatização da Educação.

O Deputado Luís Fazenda (BE) informou que o BE já tinha apresentado o [Projeto de Resolução 1234/XII \(BE\), Municipalização escolar imposta à custa da autonomia das escolas](#), em que recomendava ao Governo a suspensão de negociações para uma transferência de competências de gestão pedagógica para as câmaras municipais e a realização de um debate público sobre as vantagens e desvantagens do processo de municipalização na Educação.

Salientou que se verificava um conflito entre os diretores das escolas e os municípios e defendeu que havia uma incapacidade da autarquia para gerir as matérias pedagógicas, sem competências próprias dos vereadores para o efeito e conduzindo ao clientelismo local, referindo que 25% do currículo flexível abria a porta a contratações pela autarquia.

Defendeu que não havia descentralização, mas sim perda de autonomia das escolas e salientou que muitas autarquias estavam interessadas e se tinham desinteressado posteriormente.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD, relator da petição) referiu que a matéria estava em discussão e tinha sido equacionada na audição do Ministro da Educação e Ciência e também na petição em apreciação. Indicou que os partidos eram maioritariamente favoráveis à descentralização de competências da Educação, mas não sobre as metodologias a adotar.

Realçou que a transferência de competências só existiria se as autarquias quisessem e que o respetivo processo seria discutido na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal, na direção da escola e pelas associações de pais. Salientou ainda que havia municípios em que o processo tinha sido aceite, pelo que o projeto piloto avançaria nos mesmos.

Na sequência das observações feitas, a FENPROF referiu que 25% na componente local era muito, colocando nos mínimos o currículo nacional, gerando desigualdade a nível geral. Saudou depois os debates que iriam realizar-se, promovidos por várias entidades, relevou a incapacidade do Ministério da Educação e do Governo para retirar as devidas consequências das propostas que lhe tinham sido apresentadas e reiterou a indicação de que a Associação de Municípios e várias autarquias se tinham manifestado contra o processo.

A gravação áudio da reunião está disponível na [página da Comissão na internet](#).

6. Resolução n.º 87/2014 - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade

A Deputada Diana Ferreira (PCP, relatora da temática e autora do relatório) apresentou o relatório e referiu que o mesmo reproduzia as dificuldades e propostas das entidades ouvidas e concretizava nas conclusões as medidas que tinham sido apontadas pelas mesmas, de acordo com a área de abrangência.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Interveio depois a Deputada Elza Pais (PS), realçando a importância da matéria e referindo que se exigiam mudanças e não só incentivos, de cosmética. Salientou que a questão era económica e social e que se resolvia com medidas económicas e de igualdade do género. Referiu a necessidade de uma análise estrutural e de medidas de fundo e agradeceu o trabalho do relatório.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) agradeceu o trabalho do relatório e a gestão das audições e manifestou que o PSD discordava das conclusões, pelo que não podiam votar favoravelmente o relatório. Por último, propôs um novo relator, para apresentação de um relatório a curto prazo, referindo que o PSD podia indicá-lo.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) louvou o trabalho feito, mas discordou das conclusões do relatório, tendo informado que votariam contra, lamentando que se ofuscassem o trabalho da relatora.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) salientou que nas conclusões não estava nada que não tivesse sido referido pelas entidades e defendeu que outras conclusões não representariam as preocupações das entidades e não dariam resposta aos problemas, tendo concretizado com várias medidas.

Por último, referiu que a maioria queria discutir o problema, mas não referir as dificuldades e as medidas indicadas pelas entidades e dada a indicação da maioria de que rejeitaria o relatório, informou que o PCP o retirava.

Nessa sequência, o Deputado Amadeu Albergaria (PSD) indicou a Deputada Nilza de Sena (PSD) para relatora do novo relatório.

9. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

10. Data da próxima reunião

10 de fevereiro de 2015

A reunião foi encerrada às 12:22 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de fevereiro de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Isilda Aguincha
João Prata
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Diana Ferreira
Maria Ester Vargas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Rita Rato

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Pedro Delgado Alves